



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **6 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quarta-feira, 30 de março de 2011

FOLHA DE SÃO PAULO	
MERCADO ABERTO	1
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR ECONÔMICO	
COM IOF, GOVERNO QUIS MIRAR DÓLAR E INFLAÇÃO.....	2
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR ECONÔMICO	
BRASIL ADMITE DISCUTIR ACORDO COM OS EUA.....	3
VEICULAÇÃO NACIONAL	
CORREIO BRAZILIENSE	
CNI REAGE A DESAFIO DE EMBAIXADOR CHINÊS	4
VEICULAÇÃO NACIONAL	
FOLHA.COM	
Mil refugiados haitianos devem trabalhar na Zona Franca de Manaus.....	5
VEICULAÇÃO NACIONAL	
PORTAL A CRITICA	
Empresa polonesa de olho na Zona Franca de Manaus.....	6
VEICULAÇÃO NACIONAL	

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO MERCADO ABERTO		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

MARIA CRISTINA FRIAS -
cristina.frias@uol.com.br

Importador questiona rigor a produto estrangeiro

A intenção do governo de exigir que os produtos **importados** cumpram os mesmos padrões de qualidade técnica cobrados dos similares nacionais reacquece indisposição no setor de máquinas e equipamentos entre fabricantes locais e **importadores**.

Empresários de diversos setores saíram de uma reunião no **Ministério** da Fazenda, na semana passada, com a tarefa de elaborar uma lista dos **importados** que ingressam no país e competem com brasileiros, sem, no entanto, ter de cumprir normas técnicas igualmente rigorosas.

Entre os participantes do setor privado, todos membros do GAC (Grupo de Avanço da Competitividade), estavam presentes Abimaq (que reúne setor de máquinas), Abrammat (material de construção), Abiquim (químico) e Abinee (elétrica e eletrônica).

Fora do processo, a associação de **importadores** de máquinas industriais (Abimei) quer participar da equipe que vai discutir a lista.

"É um receio que aflige todo empresário que precisa comprar produto de fora. Pode haver tendência de gerar burocracia e aumentar o tempo no porto", diz Ennio Crispino, presidente da entidade.

"A Abimei não participa pois o foco é indústria nacional. **Importadores** não precisam estar no grupo que discute competitividade da indústria brasileira", diz a

Abimaq. "Só seremos contra a **importação** prejudicial à concorrência justa."

Nas próximas semanas, os empresários devem oferecer uma lista dos produtos mais afetados. O governo deve editar medida provisória que detalhe a avaliação de alguns **importados** pelo Inmetro.

Medidas do BC terão pouco efeito, diz consultoria

Apesar das iniciativas do Banco Central de tentar frear a concessão de crédito no Brasil, o valor dos empréstimos no país aumentarão 17,3% neste ano, segundo dados da EIU (Economist Intelligence Unit).

A porcentagem é pouco mais de três pontos percentuais menor que a registrada no ano passado, de 20,5%.

O valor total das operações de crédito a pessoas físicas e empresas chegou a R\$ 1,7 trilhão em 2010, de acordo com o Banco Central.

A redução do crescimento do crédito no **Brasil** só começará a ocorrer de maneira mais efetiva em 2013, segundo estimativa da EIU.

Argentina e Equador registrarão em 2011 aumentos maiores que o do **Brasil** pelo segundo ano consecutivo, de acordo com a consultoria.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO COM IOF, GOVERNO QUIS MIRAR <u>DÓLAR</u> E INFLAÇÃO		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Claudia Safatle e Luciana Otoni | De Brasília

O encarecimento dos empréstimos externos contratados por empresas e bancos, com a incidência do IOF de 6% nas operações de até 360 dias, a partir de hoje, é uma medida para conter a excessiva apreciação do real e representa, também, mais um torniquete na política de controle da inflação, na avaliação do governo.

A medida, publicada no Diário Oficial da União, ontem, conforme antecipou o Valor, tem caráter inclusive macroprudencial e deverá produzir múltiplos efeitos, tais como: redução da posição em câmbio das empresas; diminuição das captações externas das empresas não financeiras para financiamentos de fornecedores e formação de estoques; arrefecimento das captações externas dos bancos como 'funding' para a expansão do crédito interno; e aumento do alcance da política monetária, já que a tributação onera a busca de alternativas aos empréstimos à taxa Selic.

Elaborada de comum acordo entre Ministério da Fazenda e Banco Central, a incidência do IOF de 6% não atingirá as linhas de comércio exterior (para financiamento de importações e exportações). A preocupação do governo, com a medida, também foi a de barrar o acelerado processo de endividamento externo das empresas brasileiras. No caso dos bancos, houve um forte aumento dos passivos externos no ano passado, de 53%, em comparação com o acréscimo dos ativos externos, de apenas 26,6%.

Até o dia 28 as contratações de empréstimos no mercado internacional somaram US\$ 38,5 bilhões, cifra bem superior aos US\$ 20,6 bilhões do mesmo período do ano passado. Desses, US\$ 25,5 bilhões foram captados pelos bancos e US\$ 13 bilhões, por empresas do setor real da economia. Esses empréstimos estavam sendo contraídos a uma taxa de juros média de 3% ao ano, bem mais baratos, portanto, que os custos domésticos (a taxa Selic é de 11,75% ao ano). Com a incidência do IOF - que recairá inclusive sobre operações já contratadas em que não houve o fechamento de câmbio - o tomador do crédito terá que deixar o dinheiro no

país por nove meses só para compensar a tributação. Do 10º ao 12º mês o ganho de arbitragem será de 2,05%.

O Ministério da Fazenda, Guido Mantega, informou que poderá elevar, também, o Imposto sobre as Operações Financeiras (IOF) sobre os empréstimos externos com prazo superior a 360 dias; e tributar com o IOF os Investimentos Estrangeiros Diretos (IED).

"Vamos observar. Se começar a aumentar também acima de 360 dias ingresso de dólares oriundo de empréstimo no tomaremos as medidas adequadas", disse o ministro.

Sobre o forte fluxo de IED, no montante de US\$ 12 bilhões nos três primeiros meses do ano, ele disse não acreditar que esteja havendo fraude por meio da internalização de divisa americana para fins de arbitragem.

Mas ressaltou que também essas operações estão sendo monitoradas.

"Não acredito em fraude. Pode haver alguma arbitragem com esses recursos do IED? Pode. Existe risco?

Existe. Por enquanto, nossa posição é que o IED é saudável e não pensamos em mexer. Mas vamos examinar com lupa."

A medida de ontem pretende conter o ingresso de dólares no país e a volatilidade da taxa de câmbio. Deve, também, reduzir o nível de endividamento das empresas brasileiras no exterior. A taxação representa, segundo Mantega, uma medida prudencial para evitar uma grande exposição cambial das pessoas jurídicas ao câmbio. "Se houver uma desvalorização do real em algum momento, essas empresas terão que pagar a conta. Essa é uma medida de prevenção para reduzir o endividamento." O terceiro motivo é a redução de recursos direcionados ao mercado de crédito. Mantega disse que boa parcela dos recursos que entraram no país via captação no exterior entre janeiro e março está sendo ofertada na forma de empréstimos e financiamentos no mercado doméstico, em um momento em que o governo tenta reduzir o nível de atividade e controlar a inflação.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO BRASIL ADMITE DISCUTIR ACORDO COM OS EUA		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

De Coimbra

O Brasil admite examinar a negociação de um acordo comercial com os Estados Unidos, embora ainda mantenha esperança de evitar o fiasco da Rodada Doha, na Organização Mundial do Comércio (OMC).

"Não temos problema de nossa parte, os americanos é que têm com suas barreiras comerciais e resistência (de liberalização) no Congresso", afirmou o assessor internacional do Palácio do Planalto, Marco Aurélio Garcia.

Depois do novo impasse sobre Doha, na semana passada, negociadores americanos falaram informalmente na cena comercial que agora se poderia, inclusive, examinar uma discussão bilateral entre o Brasil e os EUA. Na prática, os problemas que bloqueiam Doha persistiriam também.

Garcia informou que o diretor-geral da OMC, Pascal Lamy, vai ao Brasil em fins de abril. O objetivo é mais uma vez tratar da combalida negociação de Doha, agora com as autoridades do novo governo. Lamy sabe que a posição brasileira mudou e a margem para negociar se estreitou bastante.

A percepção na cena comercial é de que a indústria brasileira atualmente não quer acordo de liberalização com ninguém, nem na OMC, entre Mercosul e União Europeia ou qualquer outro. A pressão sofrida pelo câmbio forte, o enorme volume de importações e outras dificuldades tiraram o ânimo de boa parte da indústria por barganha de abertura comercial.

Enquanto isso, a situação internacional também dificulta os negócios para empresas brasileiras. O distanciamento diplomático com o Irã pode resultar em menos comércio, sobretudo de exportação de carne bovina, que atingiu US\$ 800 milhões no ano passado. Mas Garcia tem dúvidas de que a baixa do comércio ocorrerá.

Na Líbia, segundo ele, construtoras brasileiras não estão perdendo com a paralisação de obras, porque "está tudo segurado". Por outro lado, ele deixou claro que na visita da presidente Dilma à China, dentro de duas semanas, ela não abordará a questão de direitos humanos. (AM)

	VEÍCULO CORREIO BRAZILIENSE	EDITORIA	
	TÍTULO CNI REAGE A DESAFIO DE EMBAIXADOR CHINÊS		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Confederação industrial ataca manipulação cambial e práticas comerciais da China

Sílvio Ribas

O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, reagiu ontem ao desafio feito pelo embaixador da China, Qiu Xiaoj, para que empresas do país se capacitem para **exportar** ao **mercado** chinês. Para Andrade, o diplomata está equivocado ao dizer que o país asiático está aberto não apenas às commodities (produtos básicos com cotação internacional, como minérios e itens agrícolas), mas também aos manufaturados brasileiros. "O câmbio de lá é artificial e o daqui é livre. Temos problemas de competitividade, mas resolvemos as coisas democraticamente, por consenso", disse, ressaltando as diferenças entre os parceiros comerciais.


Na avaliação do dirigente, a presidente Dilma Rousseff deve aproveitar a viagem oficial à Pequim, no próximo mês, para cobrar do governo chinês respostas sobre pontos controversos da relação comercial bilateral, como contrabando, pirataria e outras práticas desleais. Andrade reiterou que os industriais conhecem bem as oportunidades de negócios na China e encontram dificuldades para oferecer produtos de qualidade igual ou superior aos competidores locais.

O presidente fez as declarações logo após a cerimônia de lançamento da agenda legislativa 2011 da CNI, focada nos ganhos de competitividade e na desoneração dos investimentos. "É preciso ter senso de urgência. Não temos mais tempo a perder", alertou Andrade, que classificou o **Brasil** como uma "economia de alto custo". Ele lembrou que os pesos da carga tributária, dos encargos salariais, da logística e da energia sobre a atividade produtiva já trouxeram prejuízos irreparáveis. "Depois das perdas de **mercado** externo e interno para produtos **importados**, fábricas estão fechando. O próximo capítulo triste poderá ser nos índices de emprego."

Com a presença de parlamentares e de lideranças empresarias, a cerimônia lançou a agenda, que lista 128 projetos de lei considerados fundamentais pela entidade - o documento foi entregue aos presidentes da Câmara, deputado Marco Maia (PT-RS), e do Senado, José Sarney (PMDB-AP). O texto foi elaborado após discussão com 27 federações estaduais e 53 associações setoriais. Questões tributárias, trabalhistas, ambientais e de **desenvolvimento** da infraestrutura estão contempladas. Maia prometeu engajamento na busca de acordos para aprovação de "projetos que protejam a indústria nacional". Sarney, por sua vez, disse que as mudanças na lei são insuficientes para garantir o **desenvolvimento** sustentável. "O parlamento não é a bacia das almas para todos os problemas. Precisa de um movimento nacional em favor da educação e da infraestrutura", justificou.

Em resposta aos gargalos logísticos, a CNI sugeriu ações prioritárias em infraestrutura de transporte, divididas por regiões, começando pelo Norte. A saída passa por investimentos via concessões ou em Parcerias Público-Privadas (PPP). "Se o governo deixar, a iniciativa privada pode colaborar para superar entraves de logística, o que acabaria levando a custos menores para a **produção**", sublinhou Andrade.

A entidade aproveitou para apresentar estudo que compara o **Brasil** a outros 13 países de características sociais, econômicas e de inserção no **mercado** global semelhantes. O **mercado** brasileiro não lidera em nenhum dos quesitos de competitividade, ficando nos últimos lugares em investimentos diretos.

	VEÍCULO FOLHA.COM	EDITORIA	
	TÍTULO Mil refugiados haitianos devem trabalhar na <u>Zona Franca de Manaus</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

KÁTIA Brasil

DE MANAUS

FÁBIO FREITAS

DE SÃO PAULO

Órgãos dos governos federal e do Amazonas anunciaram nesta segunda (28) ações para beneficiar os migrantes haitianos que ingressaram no Brasil depois do terremoto que devastou o Haiti, em 2010.

Aos menos 1.000 deles devem trabalhar nas indústrias da Zona Franca de Manaus.

No dia 16 de março, o Cnig (Conselho Nacional de Imigração), do Ministério do Trabalho, autorizou a permanência por questão humanitária no país de 199 haitianos. Mas ao menos 800 migrantes aguardam a autorização nos Estados do Amazonas, Acre, Rondônia e São Paulo.

Em fevereiro, o Ministério da Justiça suspendeu a emissão dos protocolos de solicitação de refúgio --documento que os haitianos recebiam ao chegar na fronteira do Brasil--, alegando que detectou uma rota de tráfico humano.

O Conare (Comitê Nacional para os Refugiados) entendeu que o caso dos haitianos não se enquadrava no status de refúgio por se tratar de uma questão humanitária. E repassou a discussão ao Cnig.

Sem os protocolos, 180 haitianos estão barrados em Tabatinga (AM), fronteira com o Peru.

Outros 107 estão irregulares e 33 com autorização provisória em Brasileia (AC), fronteira com a Bolívia.

COOPERAÇÃO

Nesta segunda-feira, o Ministério Público do Trabalho no Amazonas anunciou que firmou um termo de cooperação com a Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus), com duração de quatro anos, para empregar nas indústrias ao menos 1.000 haitianos.

"O Brasil demonstra com isso ser solidário à causa dos haitianos", disse o procurador Audaliphal Silva.

O governo do Amazonas criou uma comissão em parceria com a Pastoral do Migrante da Igreja Católica para oportunidade de trabalho na construção civil (que já emprega 47 migrantes) e qualificação profissional.

A UEA (Universidade Estadual do Amazonas) iniciou cursos de informática, português para estrangeiros e qualificação de pedreiro em edificações.

Segundo a Pastoral do Migrante, em Manaus vivem hoje ao menos 400 haitianos. Eles moram em abrigos da igreja. A Superintendente da Suframa, **Flávia Grosso**, sugeriu a inserção de creches para atender a demanda de crianças e filhos dos haitianos.

Em Manaus, já há os primeiros filhos de haitianos nascidos no Brasil. Marie Monique Semexant, 39, e Anoux Valerius, 40, são os pais de Agnaldo, nascido no dia 4 de março.

Moram em uma casa emprestada por um amigo brasileiro no bairro São Jorge, zona oeste da cidade. "Ele é a esperança de uma vida melhor aqui", disse Valerius, que deixou três filhos com a família no Haiti.

	VEÍCULO PORTAL A CRITICA	EDITORIA	
	TÍTULO Empresa polonesa de olho na <u>Zona Franca de Manaus</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Empresários poloneses estiveram nesta segunda-feira (28) na sede da Fieam para assistir a uma apresentação sobre as vantagens do modelo Zona Franca de Manaus e seus incentivos fiscais.

Manaus, 29 de Março de 2011

jornal a crítica

A Can Pack, fabricante de embalagens metálicas do grupo polonês Pol-Am-Pack, estuda a possibilidade de investir na Zona Franca de Manaus.

A empresa foi criada em 1992 e figura entre as grandes fabricantes de latinhas para bebidas do mundo, com subsidiárias na Ucrânia, na Romênia, nos Emirados Árabes, entre outros países.

Empresários poloneses estiveram nesta segunda-feira (28) na sede da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam) para assistir a uma apresentação sobre as vantagens do modelo Zona Franca de Manaus e seus incentivos fiscais.

A empresa mantém as negociações em sigilo. O interesse do empresário Mariusz Kosla é ampliar seus

negócios do segmento de embalagens de alumínio no Amazonas.

Mariusz demonstrou interesse em instalar uma filial da Can Pack no mercado local devido os benefícios regidos pelo Modelo da ZFM.

Estiveram presentes na reunião, o assessor econômico da diretoria da Fieam, Gilmar Freitas, técnicos do Centro Internacional de Negócios (CIN Amazonas), Tereza Oliveira e Igor Menezes, e representantes da Suframa e Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico. A produção da indústria nacional de embalagens cresceu 10,13% em 2010.

Nas Zona Franca, essa indústria está focada principalmente nas embalagens de papel e papelão, com poucas iniciativas no segmento de metálicos. Uma delas é a Crown Embalagens Metálicas, joint-venture entre a multinacional americana Crown Holdings, e empresa Petropar S A.